



tribunal
de justiça
do estado de goiás

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

<https://www.tjgo.jus.br/>

ANO VI – EDIÇÃO nº 1449 Suplemento – SEÇÃO I

DISPONIBILIZAÇÃO: segunda-feira, 16 de dezembro de 2013 **PUBLICAÇÃO:** terça-feira, 17 de dezembro de 2013

Senhores(as) Usuários(as),

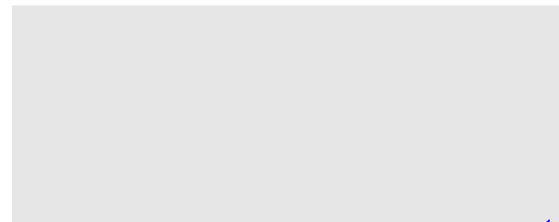
A Seção I do Diário da Justiça Eletrônico compreende a publicação de atos judiciais e administrativos oriundos do 2º grau de jurisdição.

Este documento está assinado digitalmente, conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), e Lei 11.419/2006 (Lei de Informatização do Processo Judicial).

A publicação eletrônica substitui qualquer outro meio de publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico. Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

Utilize os marcadores/bookmarks que aparecem do lado esquerdo para navegar neste documento.





tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Gabinete

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 3137/2013.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Despacho nº 3610, de 10 de dezembro de 2013, proferido no Processo nº 4666861/2013, com fundamento no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal; na Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005; nos arts. 248, 265 c/c 170, § 5º, 175, 176, e 267 da Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988; de aplicação supletiva autorizada pelo art. 166 do Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás (Lei nº 9.129/81); no art. 29 da Lei nº 10.871, de 7 de julho de 1989; na Resolução nº 4, de 13 de setembro de 1989; no art. 1º da Lei nº 12.831, de 28 de dezembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 13.395, de 14 de dezembro de 1998; no art. 28, I, da Lei nº 16.893, de 14 de janeiro de 2010, e no art. 40 da Lei nº 17.663, de 14 de junho de 2012, concede aposentadoria voluntária a **LÚCIA MARTINS DE ARAÚJO** no cargo de Auxiliar Judiciário, classe F, nível 3, do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Goiás, com proventos integrais.

Goiânia, 16 de dezembro de 2013, 125º da República.

Desembargador Ney Teles de Paula

Presidente



**tribunal
de justiça**
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2013

Pregão Eletrônico Nº 083/2013 Processo nº 3889548/2013

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, através da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico nº 083/2013**, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva programada e manutenção corretiva no ambiente da Sala Cofre do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, com fornecimento de peças.

Empresa Vencedora ACECO TI S.A.

Valor total do lote 1 – R\$315.252,00(Trezentos e quinze mil e duzentos e cinquenta e dois reais)

Informações na sala de reunião da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, situada no 3º andar do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, nº 68, Qd. 8-A, Lt. 06 Setor Oeste, Goiânia-GO. Informações pelos telefones: (062) 3236-2433, 3236-2435 e fax (062) 3236-2428 ou pela internet no site <http://www.tjgo.jus.br>, na página Licitação/Relatório 2013.

Goiânia, 16 de dezembro de 2013

Cristina Xavier dos Santos Campos Martins
Secretária da CPL